

## **Aula 02**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Direito Processual Penal -  
2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Marcella Mendes**

29 de Maio de 2025

## Índice

1) O que é mais cobrado dentro do assunto - ANPP - Concursos .....	3
2) Roteiro de revisão - ANPP - Concursos .....	4
3) Aposta estratégica - ANPP .....	10
4) Questões estratégicas - ANPP - INSTITUTO AOCP .....	11
5) Questionário de revisão - ANPP .....	17
6) Lista de Questões estratégicas - ANPP - INSTITUTO AOCP .....	21



## O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto desta aula, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança Concursos
<b>Acordo de Não Persecução Penal</b>	<b>100%</b>
Procedimento Investigatório Criminal	0 %



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

As Bancas costumam cobrar muito a literalidade dos dispositivos constitucionais e legais. Muitas vezes, apenas trocam ou acrescentam palavras para confundir o candidato. Dessa forma sugerimos uma leitura atenta dos dispositivos legais pertinentes ao tema. Leia e releia tais dispositivos, atentando-se aos seguintes pontos, buscando memorizá-los aos poucos (a memorização virá com o tempo, não se preocupe em decorar de uma só vez tudo).

**Acordo de Não Persecução Penal (ANPP):** trata-se de uma inovação trazida pelo Pacote Anticrime e prevista no art. 28-A do CPP, inspirado na justiça penal negocial que se exerce em alguns países estrangeiros, como nos Estados Unidos. Em síntese, podemos definir o ANPP como um negócio jurídico celebrado entre o Ministério Público e o investigado, e, posteriormente homologado pelo juiz. Trata-se de um ajuste permitido apenas em algumas hipóteses, que veremos adiante, para evitar o início e o desenrolar de um processo criminal. No acordo, a parte deverá confessar formalmente seus atos e se comprometer a cumprir determinadas condições. Caso haja cumprimento integral de tudo que fora proposto, o juiz decretará a extinção da punibilidade.

Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:

- I - reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo;
- II - renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime;
- III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);
- IV - pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; ou
- V - cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada.



§ 1º Para aferição da pena mínima cominada ao delito a que se refere o caput deste artigo, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto.

§ 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses:

I - se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da lei;

II - se o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas;

III - ter sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo; e

IV - nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.

§ 3º O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.

§ 4º Para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor, e sua legalidade.

§ 5º Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor.

§ 6º Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal.

§ 7º O juiz poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais ou quando não for realizada a adequação a que se refere o § 5º deste artigo.

§ 8º Recusada a homologação, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para a análise da necessidade de complementação das investigações ou o oferecimento da denúncia.

§ 9º A vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu descumprimento.

§ 10. Descumpridas quaisquer das condições estipuladas no acordo de não persecução penal, o Ministério Público deverá comunicar ao juízo, para fins de sua rescisão e posterior oferecimento de denúncia.

§ 11. O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

§ 12. A celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal não constarão de certidão de antecedentes criminais, exceto para os fins previstos no inciso III do § 2º deste artigo.



§ 13. Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente decretará a extinção de punibilidade.

§ 14. No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos a órgão superior, na forma do art. 28 deste Código.

Como se trata de uma inovação, devemos ter especial atenção à letra fria da lei. No mais, devemos atentar para os pontos a seguir:

- *São requisitos legais para o ANPP:*

- não ser um caso de arquivamento;
- o investigado deve confessar formal e circunstancialmente;
- infração penal sem violência ou grave ameaça;
- pena **mínima** abstratamente prevista interior a 4 anos; *(Atenção!! Nesse ponto, é provável que as bancas troquem por "pena máxima" para confundir os candidatos!)*
- que o acordo seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

- *Quando não caberá ANPP?*

- se couber transação penal;
- investigado reincidente ou se houver conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas;
- se o agente tiver sido beneficiado nos últimos cinco anos anteriores ao cometimento da infração em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo;
- crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar;
- crimes praticados contra a mulher por razões de sexo feminino.



Vamos ver algumas decisões dos Tribunais Superiores que podem ser objeto de questão em nossa prova:

- Caberá ao juízo que homologou o acordo de não persecução penal a sua execução. Todavia, é possível deprecicar a fiscalização do cumprimento do ajuste e a prática de atos processuais para o atual domicílio da parte, em caso de eventual mudança.
- O ANPP aplica-se a fatos ocorridos antes da Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime), desde que ainda não tenha sido recebida a denúncia.
- É fundamento idôneo para o não oferecimento de acordo de não persecução penal a existência de vários registros policiais e infracionais, ainda que o réu seja tecnicamente primário.
- Cabe exclusivamente ao Ministério Público o oferecimento de acordo de não persecução penal. Não é possível que o juiz obrigue o promotor a ofertá-lo. **Importante!!!**

**Investigação pelo Ministério Público.** Por um tempo, esse assunto foi dotado de muita polêmica em âmbito doutrinário. Entretanto, em 2015, o STF decidiu, em repercussão geral, que o Ministério Público dispunha de competência para promover, por autoridade própria investigações de natureza penal. Hoje, então, o MP vale-se do procedimento investigatório criminal (PIC) como meio para realizar suas investigações. Para tanto, à semelhança do que ocorre no inquérito policial, é necessário seguir alguns parâmetros, tais quais:

- respeito aos direitos e garantias fundamentais dos investigados;
- que os atos investigatórios sejam documentados;
- respeito às hipóteses de reserva constitucional de jurisdição;
- devem ser respeitadas as prerrogativas profissionais asseguradas por lei aos advogados.
- que seja permitido o direito de acesso ao defensor, como no determinado pela S.V. 14 (É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa”).
- realização da investigação dentro de um prazo razoável.



→ os atos de investigação conduzidas pelo Ministério Público estão sujeitas ao controle permanente do Poder Judiciário.

Assim, de acordo com Marcio Cavalcante, a tese fixada em repercussão geral foi a seguinte: "O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso país, os advogados, sem prejuízo da possibilidade – sempre presente no Estado democrático de direito – do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Enunciado 14 da Súmula Vinculante), praticados pelos membros dessa instituição".

**Atenção:** O Ministério Público **não pode** instaurar ou presidir o Inquérito Policial, pois esse é de competência exclusiva da polícia judiciária.

**Acordo de Leniência:** Segundo Renato Brasileiro de Lima, o acordo de leniência, também conhecido como acordo de brandura ou doçura, é uma **espécie de colaboração premiada** prevista na Lei que dispõe sobre o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Segundo consta dos artigos 86 e 87 da Lei nº 12.529/11, o acordo de leniência poderá ser celebrado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) com pessoas físicas e jurídicas que forem **autoras de infração à ordem econômica**, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo e que dessa colaboração resulte:

I - a identificação dos demais envolvidos na infração e

II - a obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação.

Nos crimes contra a ordem econômica, tipificados na Lei nº 8.137/90 e nos demais crimes diretamente relacionados à prática de cartel, tais como os tipificados na Lei nº 8.666/93 e os tipificados no art. 288 do Código Penal, **a celebração de acordo de leniência determina a suspensão do curso do prazo prescricional e impede o oferecimento da denúncia com relação ao agente beneficiário da leniência**. Ademais, cumprido o acordo de leniência pelo agente, extingue-se automaticamente a punibilidade dos crimes acima referidos.

Como dito acima, uma das consequências o acordo de leniência no processo penal está ligado diretamente ao Princípio da Obrigatoriedade (ou legalidade processual), presentes nas condições da ação penal e havendo justa causa para a deflagração de um processo criminal, o Ministério





Público é obrigado a oferecer denúncia. Deriva do art. 24 do CPP e do art. 30 do CPPM. **Exceções ao princípio da obrigatoriedade:**

- 1) Transação penal (art. 76 da Lei nº 9.099/95);
- 2) Acordo de leniência (Lei 12.529/11, arts. 86 e 87 ).



## APOSTA ESTRATÉGICA

*A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais<sup>1</sup>.*

- São requisitos legais para o ANPP:
  - não ser um caso de arquivamento;
  - o investigado deve confessar formal e circunstancialmente;
  - infração penal sem violência ou grave ameaça;
  - pena mínima abstratamente prevista interior a 4 anos; (Atenção!! Nesse ponto, é provável que as bancas troquem por "pena máxima" para confundir os candidatos!)
  - que o acordo seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

---

<sup>1</sup> Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



## QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



### 1) INSTITUTO AOCP - 2023 - PC-GO - Escrivão de Polícia da 3ª Classe - Em relação ao acordo de não persecução penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Será eventualmente cabível oferecimento de acordo de não persecução penal àquele investigado reincidente por insignificantes infrações penais pretéritas.
- B) Para aferição da pena mínima cominada ao delito imputado ao investigado, serão consideradas as menores frações de causas de aumento e maiores frações de causas de diminuição aplicáveis ao caso concreto.
- C) Não se aplica acordo de não persecução penal se o investigado fizer jus à suspensão condicional do processo.
- D) É vedado estabelecer prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período igual à pena mínima cominada ao delito.
- E) O pagamento de prestação pecuniária como condicionante da celebração do acordo será preferencialmente direcionado a entidade pública ou de interesse social que tenha como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito.

#### Comentários:

**A – Incorreta.** Existe uma ressalva quanto às infrações penais insignificantes. Logo, está correta a questão.

**B – Incorreta.** A previsão está conforme o art. 28-A, § 1º, do CPP.



**C – Correta.** A banca quis confundir o candidato com essa assertiva. Segundo previsão do art. 28-A, § 2º, I, do CPP, não será aplicado o ANPP se for cabível a transação penal.

**D – Incorreta.** Conforme art. 28-A, III, do CPP, a prestação de serviço a comunidade será fixada por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços

**E – Incorreta.** É como dispõe o art. 28-A, IV, do CPP.

## 2) INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Papiloscopista Policial da 3ª Classe - Sobre o regramento do acordo de não persecução penal, assinale a alternativa correta.

A) Nos casos envolvendo violência doméstica contra mulher, o acordo de não persecução penal só é cabível se a imputação for de crime sem violência ou grave ameaça.

B) É incabível acordo de não persecução penal se o agente tiver sido beneficiado, nos 10 (dez) anos anteriores ao cometimento da nova infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.

C) O delegado de polícia poderá propor acordo de não persecução penal quando o crime vislumbrado for afiançável pela própria autoridade policial.

D) A impossibilidade de reparação ao dano ou restituição da coisa à vítima não é óbice à celebração do acordo de não persecução penal.

E) Para celebrar o acordo de não persecução penal, o investigado deverá confessar formal e judicialmente a prática de infração penal.

### Comentários

**A – Incorreta.** Existe vedação absoluta no art. 28-A, § 2º, IV, do CPP.

**B – Incorreta.** O prazo correto é de 5 anos, conforme art. 28-A, III, do CPP.

**C – Incorreta.** A propositura de ANPP não é de atribuição do delegado de polícia, mas sim do membro do Ministério Público.

**D – Correta.** É condição, para a celebração do ANPP, que haja a reparação do dano ou restituição da coisa à vítima. Todavia, existe uma exceção que é o caso ser impossível fazê-lo.

**E – Incorreta.** Não há previsão de confissão judicial.



### 3. INSTITUTO AOCP - 2022 - MPE-MS - Promotor de Justiça Substituto - Sobre o acordo de não persecução penal, assinale a alternativa correta.

- A) O acordo de não persecução penal poderá ser oferecido nos casos de crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino desde que o investigado não seja reincidente específico.
- B) A celebração do acordo de não persecução penal não será possível naquelas hipóteses em que seja cabível a suspensão condicional da pena.
- C) É possível a renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime, como condição para a celebração do acordo de não persecução penal.
- D) Conforme o entendimento pacificado do STJ, o acordo de não persecução penal aplica-se aos fatos ocorridos antes da Lei nº 13.964/2009 (Pacote Anticrime), desde que não tenha sido prolatada sentença.
- E) A possibilidade de oferecimento de transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais não impede a celebração do acordo de não persecução penal.

#### Comentários

**A – Incorreta.** A vedação ao ANPP nos casos de violência doméstica e familiar é absoluta, nos termos do art. 28-A, § 2º, IV, CPP. *OBS.: não importa se a vítima é homem ou mulher!*

**B – Incorreta.** A banca quis confundir o candidato com essa assertiva. Segundo previsão do art. 28-A, CPP, § 2º, I, não será aplicado o ANPP se for cabível a transação penal. **Recorrente na banca!!!**

**C – Correta.** É como dispõe o art. 28-A, II, do CPP.

**D – Incorreta.** Segundo o STJ, o ANPP aplica-se aos fatos ocorridos antes da Lei n. 13.964/19, desde que não recebida a denúncia.

**E – Incorreta.** Conforme art. 28-A, § 2º, I, CPP, o ANPP não se aplica se for cabível a transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais.



#### 4. INSTITUTO AOCP - 2022 - Governo do Distrito Federal - Policial Penal - Sobre o direito processual penal, julgue o item a seguir.

Josefina firmou acordo de não persecução penal com o MP, em razão da prática de corrupção passiva. Homologado judicialmente o acordo, o juiz deverá devolver os autos ao MP para que inicie sua execução perante o juízo da vara cível.

( ) Certo

( ) Errado

#### Comentários

**A assertiva está errada.** Conforme art. 28-A, § 6º, do CPP, homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal.

#### 5. INSTITUTO AOCP - 2021 - PC-PA - Investigador de Polícia Civil - Diante das regras do direito processual penal, assinale a alternativa correta.

A) Compete ao Juizado Especial Criminal celebrar acordo de não persecução penal oferecido junto com denúncia que imputa crime de pena mínima abstratamente cominada em dois anos e seis meses de reclusão.

B) O sursis processual penal não pode ser oferecido quando se tratar de crime de competência da Justiça Federal.

C) O investigado que preencher os requisitos da transação penal necessariamente preencherá os requisitos do acordo de não persecução penal.

D) Os crimes de menor potencial ofensivo são aqueles que ensejam transação penal quando não houver violência ou grave ameaça na ação do agente.

E) Havendo possibilidade de celebrar transação penal e acordo de não persecução penal, deve o primeiro ser priorizado, por ser mais benéfico ao réu.

#### Comentários

**A – Incorreta.** A competência do JECRIM é para processar e julgar crimes com pena máxima em abstrato até dois anos.

**B – Incorreta.** Não há nenhuma vedação nesse sentido.



**C – Incorreta.** Os requisitos são diferentes para tais benefícios.

**D – Incorreta.** Não há qualquer relação com o fato de haver ou não violência. Segundo art. 61 da Lei 9099, *consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.*

**E – Correta.** Alternativa correta. De fato, o ANPP é subsidiário em relação à transação penal. É como dispõe o Art. 28-A, §2º, I, do CPP.

**6. INSTITUTO AOCP - 2021 - PC-PA - Escrivão de Polícia Civil - Fulano foi alvo de uma representação fiscal, para fins penais, elaborada pela Receita Estadual, que o imputou, em tese, o crime de supressão tributária previsto no art. 1º, I, da Lei Federal nº 8.137/1990, tipo esse que possui pena de reclusão de dois a cinco anos e multa. Fulano é réu primário e de bons antecedentes, não possuindo habitualidade criminosa. Nesse caso hipotético, o Ministério Público ofereceu denúncia contra ele e, em petição anexa, ofertou a possibilidade de se celebrar acordo de não persecução penal. Sobre essa modalidade de acordo atualmente vigente no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**

A) O acordo de não persecução penal será formalizado oralmente e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.

B) Homologado judicialmente o contrato acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução cível.

C) Recusada a homologação, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para a análise da necessidade de complementação das investigações ou o oferecimento da denúncia.

D) A vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu regular cumprimento.

E) Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, independentemente da anuência do investigado.

## Comentários

**A – Incorreta.** O ANPP deverá ser formalizado por escrito.



**B – Incorreta.** Conforme art. 28-A, § 6º, do CPP, a execução do ANPP será na vara de execução penal. **Recorrente na banca!!!**

**C – Correta.** É como dispõe o art. 28-A, § 8º, do CPP.

**D– Incorreta.** Conforme dispõe art. 28-A, § 9º, do CPP, a vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu descumprimento.

**E – Incorreta.** Ao contrário do que diz a assertiva, o CPP exige a anuência do investigado e do defensor, nos termos do art. 28-A, § 5º, do CPP.





## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

*A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.*

*São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.*

*O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)*

*Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.*

*Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.*

*É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok? Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!*

*Vamos ao nosso questionário:*

### Perguntas

1. Conceitue Acordo de Não Persecução Penal.
2. Quais os requisitos legais do ANPP legalmente previstos?
3. João, advogado, foi investigado pelo crime de apropriação indébita, por, em tese, ter se apropriado de valores recebidos por seu cliente ao fim de um processo exitoso. Mesmo considerando a pena do crime e sua referida causa de aumento, o membro do Ministério Público não propôs acordo não persecução penal e ofereceu denúncia. O juiz, antes de receber a denúncia, pode requerer ao Ministério Público que ofereça o ANPP?
4. Cite exemplos em que não se admite o ANPP.



5. Defina o procedimento investigatório criminal, o PIC.



## Perguntas com respostas

### 1. Conceitue Acordo de Não Persecução Penal.

Em síntese, podemos definir o ANPP como um negócio jurídico celebrado entre o Ministério Público e o investigado, e, posteriormente homologado pelo juiz. Trata-se de um ajuste permitido apenas em algumas hipóteses, que veremos adiante, para evitar o início e o desenrolar de um processo criminal. No acordo, a parte deverá confessar formalmente seus atos e se comprometer a cumprir determinadas condições. Caso haja cumprimento integral de tudo que fora proposto, o juiz decretará a extinção da punibilidade.

### 2. Quais os requisitos legais do ANPP legalmente previstos?

Segundo a lei, são requisitos do ANPP: não ser um caso de arquivamento; o investigado deve confessar formal e circunstancialmente; infração penal sem violência ou grave ameaça; pena mínima abstratamente prevista interior a 4 anos; e que o acordo seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

**3. João, advogado, foi investigado pelo crime de apropriação indébita, por, em tese, ter se apropriado de valores recebidos por seu cliente ao fim de um processo exitoso. Mesmo considerando a pena do crime e sua referida causa de aumento, o membro do Ministério Público não propôs acordo não persecução penal e ofereceu denúncia. O juiz, antes de receber a denúncia, pode requerer ao Ministério Público que ofereça o ANPP?**

Não. Segundo já resolveu o STJ, cabe exclusivamente ao Ministério Público o oferecimento de acordo de não persecução penal. Não é possível que o juiz determine que o promotor deva ofertá-lo.

### 4. Cite exemplos em que não se admite o ANPP.

Não se admitirá o ANPP se couber transação penal; se o investigado for reincidente ou se houver conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas; se o agente tiver sido beneficiado nos últimos cinco anos anteriores ao cometimento da infração em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo; se se tratar de crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar ou crimes praticados contra a mulher por razões de sexo feminino.



## 5. Defina o procedimento investigatório criminal, o PIC.

PIC é um instrumento sumário e desburocratizado de natureza administrativa e investigatória, instaurado e presidido pelo membro do MP com atribuição criminal. Sua finalidade será apurar a ocorrência de infrações penais de iniciativa pública e servirá para embasar sua respectiva ação penal, caso seja necessária



## LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

**1) INSTITUTO AOCP - 2023 - PC-GO - Escrivão de Polícia da 3ª Classe - Em relação ao acordo de não persecução penal, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Será eventualmente cabível oferecimento de acordo de não persecução penal àquele investigado reincidente por insignificantes infrações penais pretéritas.
- B) Para aferição da pena mínima cominada ao delito imputado ao investigado, serão consideradas as menores frações de causas de aumento e maiores frações de causas de diminuição aplicáveis ao caso concreto.
- C) Não se aplica acordo de não persecução penal se o investigado fizer jus à suspensão condicional do processo.
- D) É vedado estabelecer prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período igual à pena mínima cominada ao delito.
- E) O pagamento de prestação pecuniária como condicionante da celebração do acordo será preferencialmente direcionado a entidade pública ou de interesse social que tenha como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito.

**2) INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Papiloscopista Policial da 3ª Classe - Sobre o regramento do acordo de não persecução penal, assinale a alternativa correta.**

- A) Nos casos envolvendo violência doméstica contra mulher, o acordo de não persecução penal só é cabível se a imputação for de crime sem violência ou grave ameaça.
- B) É incabível acordo de não persecução penal se o agente tiver sido beneficiado, nos 10 (dez) anos anteriores ao cometimento da nova infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.
- C) O delegado de polícia poderá propor acordo de não persecução penal quando o crime vislumbrado for afiançável pela própria autoridade policial.
- D) A impossibilidade de reparação ao dano ou restituição da coisa à vítima não é óbice à celebração do acordo de não persecução penal.
- E) Para celebrar o acordo de não persecução penal, o investigado deverá confessar formal e judicialmente a prática de infração penal.



### 3. INSTITUTO AOCP - 2022 - MPE-MS - Promotor de Justiça Substituto - Sobre o acordo de não persecução penal, assinale a alternativa correta.

- A) O acordo de não persecução penal poderá ser oferecido nos casos de crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino desde que o investigado não seja reincidente específico.
- B) A celebração do acordo de não persecução penal não será possível naquelas hipóteses em que seja cabível a suspensão condicional da pena.
- C) É possível a renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime, como condição para a celebração do acordo de não persecução penal.
- D) Conforme o entendimento pacificado do STJ, o acordo de não persecução penal aplica-se aos fatos ocorridos antes da Lei nº 13.964/2009 (Pacote Anticrime), desde que não tenha sido prolatada sentença.
- E) A possibilidade de oferecimento de transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais não impede a celebração do acordo de não persecução penal.

### 4. INSTITUTO AOCP - 2022 - Governo do Distrito Federal - Policial Penal - Sobre o direito processual penal, julgue o item a seguir.

Josefina firmou acordo de não persecução penal com o MP, em razão da prática de corrupção passiva. Homologado judicialmente o acordo, o juiz deverá devolver os autos ao MP para que inicie sua execução perante o juízo da vara cível.

- ( ) Certo
- ( ) Errado



## 5. INSTITUTO AOCP - 2021 - PC-PA - Investigador de Polícia Civil - Diante das regras do direito processual penal, assinale a alternativa correta.

- A) Compete ao Juizado Especial Criminal celebrar acordo de não persecução penal oferecido junto com denúncia que imputa crime de pena mínima abstratamente cominada em dois anos e seis meses de reclusão.
- B) O sursis processual penal não pode ser oferecido quando se tratar de crime de competência da Justiça Federal.
- C) O investigado que preencher os requisitos da transação penal necessariamente preencherá os requisitos do acordo de não persecução penal.
- D) Os crimes de menor potencial ofensivo são aqueles que ensejam transação penal quando não houver violência ou grave ameaça na ação do agente.
- E) Havendo possibilidade de celebrar transação penal e acordo de não persecução penal, deve o primeiro ser priorizado, por ser mais benéfico ao réu.

## 6. INSTITUTO AOCP - 2021 - PC-PA - Escrivão de Polícia Civil - Fulano foi alvo de uma representação fiscal, para fins penais, elaborada pela Receita Estadual, que o imputou, em tese, o crime de supressão tributária previsto no art. 1º, I, da Lei Federal nº 8.137/1990, tipo esse que possui pena de reclusão de dois a cinco anos e multa. Fulano é réu primário e de bons antecedentes, não possuindo habitualidade criminosa. Nesse caso hipotético, o Ministério Público ofereceu denúncia contra ele e, em petição anexa, ofertou a possibilidade de se celebrar acordo de não persecução penal. Sobre essa modalidade de acordo atualmente vigente no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- A) O acordo de não persecução penal será formalizado oralmente e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.
- B) Homologado judicialmente o contrato acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução cível.
- C) Recusada a homologação, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para a análise da necessidade de complementação das investigações ou o oferecimento da denúncia.
- D) A vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu regular cumprimento.
- E) Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, independentemente da anuência do investigado.



## Gabarito

GABARITO



- 1- Letra C
- 2- Letra D
- 3- Letra C
- 4- Letra C
- 5- Errado
- 6- Letra C





# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.